

As Grandes Cidades Brasileiras: Identificando Problemas, Buscando Soluções

Seminário

Habitação e Uso do Solo: Entre o Mercado Imobiliário, a Segregação e a Favela

Habitação e Desenvolvimento Urbano: Desafios para uma urbanização inclusiva

Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano - SDM
Empresa Paulista de Desenvolvimento Metropolitano - Emplasa

Diana Motta

São Paulo 21 de Junho de 2012



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
METROPOLITANO



Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA



Habitação e Uso do Solo: Entre o Mercado Imobiliário, a Segregação e a Favela

Habitação e Desenvolvimento Urbano: Desafios para uma Urbanização Inclusiva

- Tendências da Urbanização
- Condições Urbanas
- A Regulação e o Quadro Institucional
- Desafios-Instituições (Políticas Públicas) Serviços Básicos e Infraestrutura
- Projetos Metropolitanos



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
METROPOLITANO



Rede Urbana do Brasil



Fonte: NASA, 2010

Tendências da Urbanização – Brasil

- “*Da urbanização sem fim ao fim da urbanização*” (Cepal 2011)
- Forte concentração da população em aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas: cerca de 50% da população total
- Urbanização em eixos rodoviários - Regiones Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte
- Fluxo migratório - as Metrôpoles não são mais o destino dos migrantes
- Declínio da taxa de natalidade nas favelas – Rio de Janeiro e São Paulo
- Fluxo migratório, crescimento econômico e demográfico / cidades medias;
- Periferização dos centros urbanos;
- Informalidade do uso e da ocupação do solo urbano;
- Crescimento urbano em padrões informais de ocupação.
- Desconcentração territorial da oferta de empregos / cidades médias mais atraentes

Condições Urbanas – Brasil

- IDH / ONU (2011) - 84º posição / PIB - 6ª Economia Mundial
- Total de domicílios - 67,6 milhões *
- Pessoas em Assentamentos Precários (duplicou) – 6,5 milhões (2000) para 11,4 milhões (2010)
- Pessoas em Assentamentos Precários aumentou 42% em 15 anos 1992/2007. (Pnad 2007 – Ipea 2008)
- Abastecimento de Água* - 91,9% Urbano e 27,8% Rural
- Esgoto* - 62,2% (inclui sistema ou fossa septica)
- Renda domiciliar per capita* - 50% da população tem rendimento até R\$ 375,00 mensais (2010)

Condições Urbanas - Brasil

- 54,6 milhões de pessoas nas cidades vivem em situação inadequada / 34,5% da população urbana do país
- Aumento do comprometimento (30%) da renda domiciliar com aluguel
- Falta de saneamento básico atinge cerca de 30 milhões de pessoas
- Dados podem estar subestimados

Parede não durável

Teto não durável

Banheiro coletivo

Favelas

Irregularidade fundiária

Adensamento

Água inadequada

Esgoto inadequado

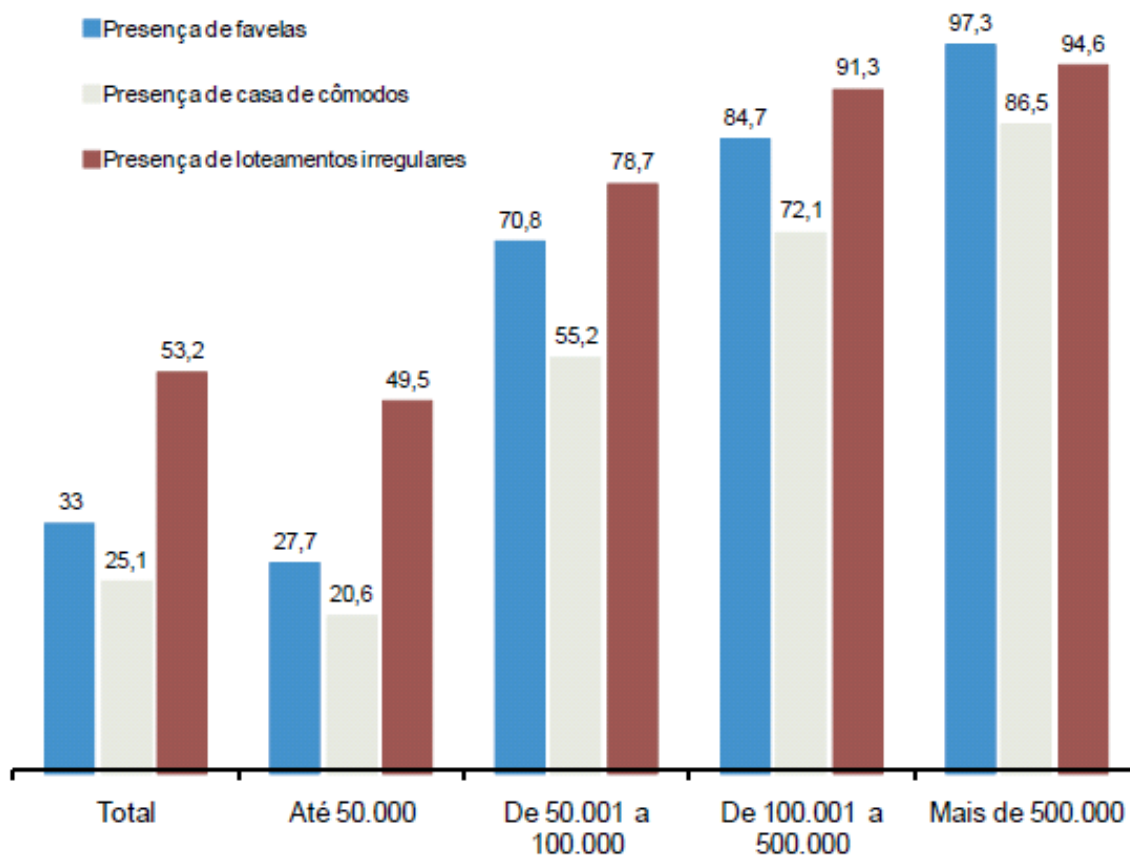
Comprometimento da renda com aluguel

Ipea - com base na Pnad 2007

Regiões metropolitanas - População Residente em Aglomerados Subnormais (2010)

Região Metropolitana / Região Integrada de Desenvolvimento	Proporção de pessoas residentes em aglomerados subnormais em relação à população total (%)	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais
Belém	53,9 %	1.131.268
Salvador	26,1 %	931.662
São Luis	24,5 %	325.139
Recife	23,2 %	852.700
Baixada Santista	17,9 %	297.191
Manaus	15 %	315.415
Rio	14,4 %	1.702.073
Teresina	13,4 %	154.386
Fortaleza	11,9 %	430.207
São Paulo	11 %	2.162.368
Vitória	10,6 %	178.209
Maceió	10,6 %	121.920
Aracaju	9,8 %	82.208
Belo Horizonte	9,1 %	489.281
João Pessoa	8,5 %	101.888
Porto Alegre	6,2 %	242.784
Natal	6 %	80.774
Campinas	5,8 %	160.670
Curitiba	5,7 %	181.247
Brasília	3,7 %	137.072

Porcentual de municípios com favelas, mocambos ou assemelhados, cortiços, casa de cômodos ou assemelhados, loteamentos irregulares e/ou clandestinos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil, 2008.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

Source: PNAD





Solo Urbano, Mercado de Terras e Habitação

- Políticas públicas - Ampliar subsídios para habitação / famílias de baixa renda / urbanização consorciada para produção de habitação em larga escala.

- A Cada ano são formados mais de 1 milhão e 700 mil domicílios / famílias - (Sinduscon; Banco Mundial 2010)

- 20% - acesso ao mercado (poupança e hipotecas)

20%a 30% - Crédito subsidiado

50% - Não tem capacidade de pagar a entrada ou prestações mensais no mercado formal / habitação pronta.

Mercado Informal

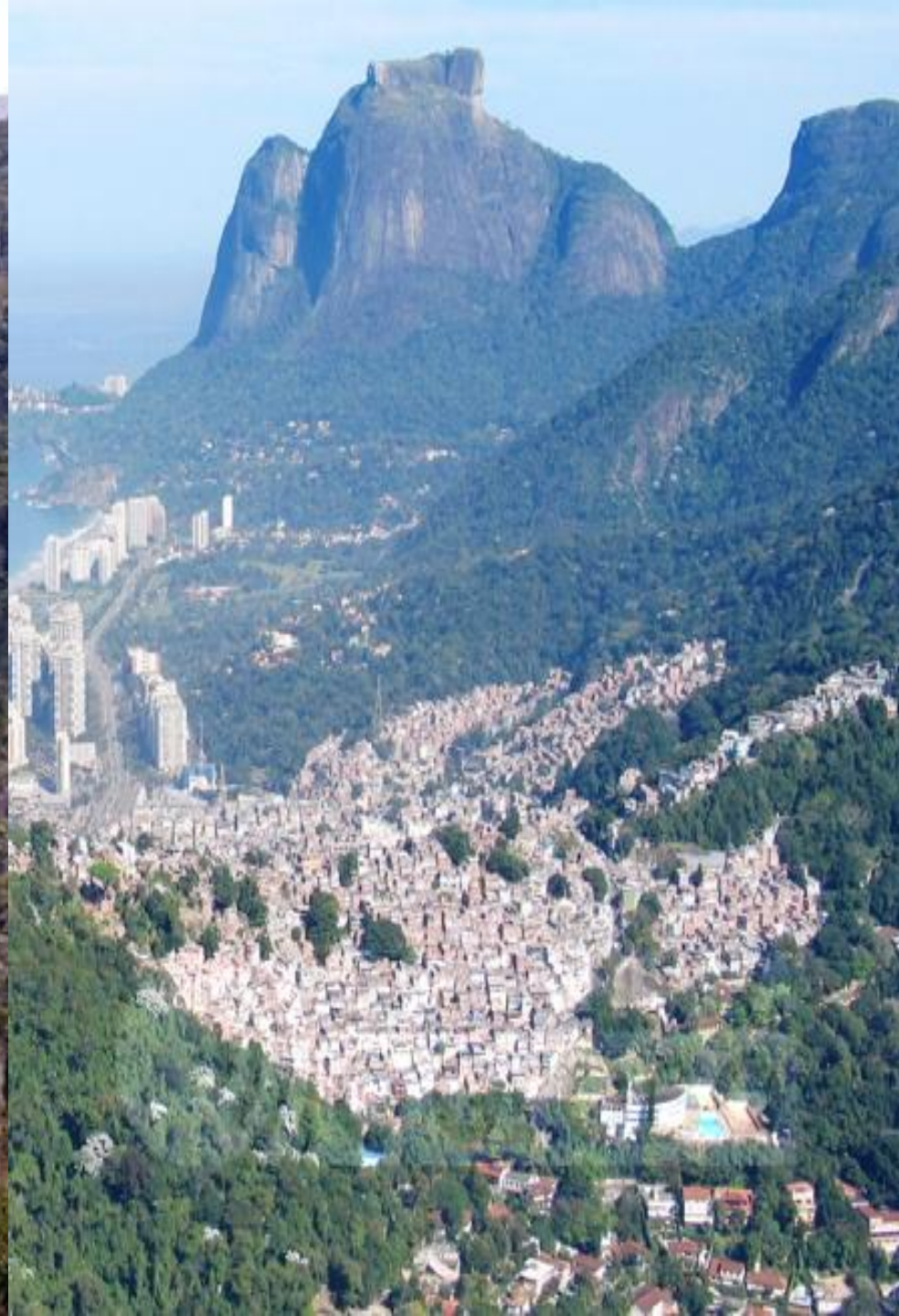


VENDE SE
ESTA CASA
no 144

RUA AV. MARGINAL S
BLOCO B
144 ↗
142 ↘
146

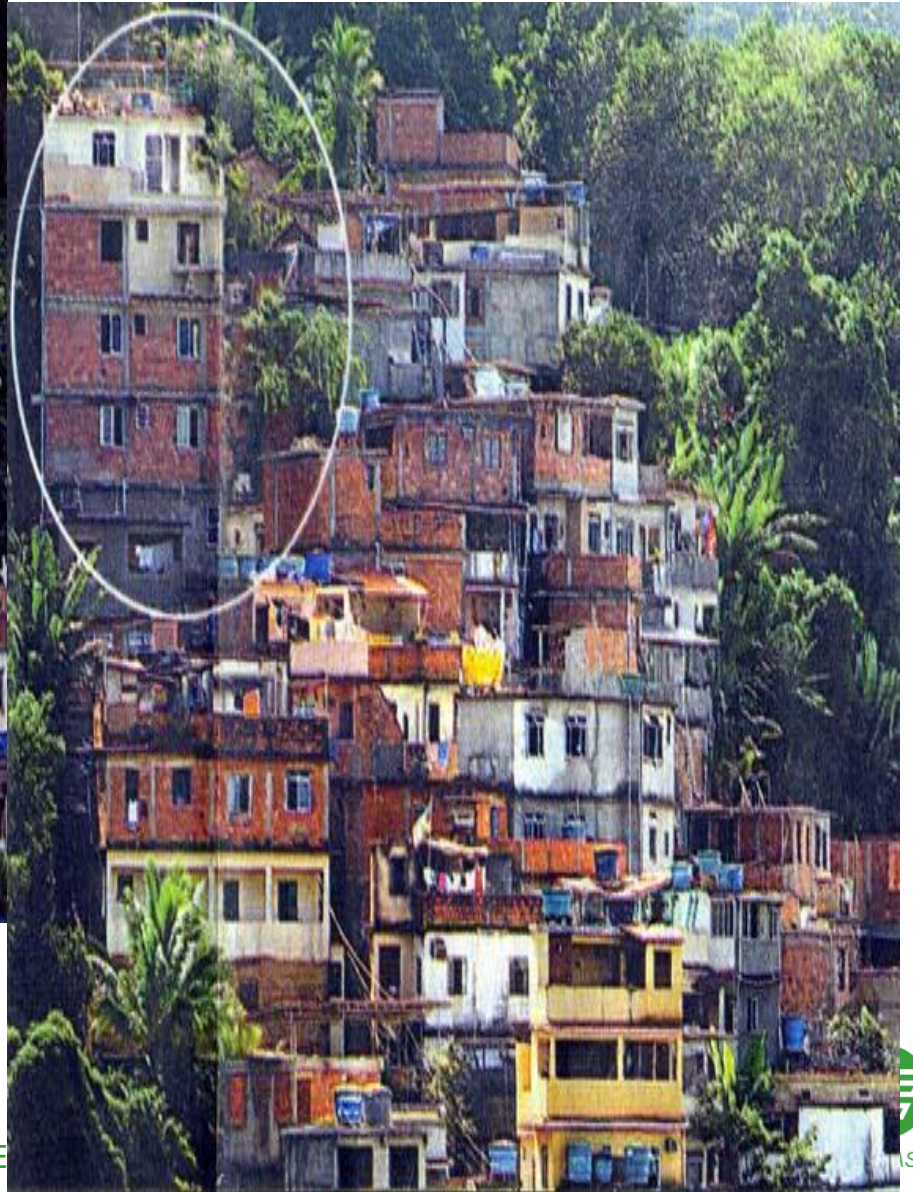
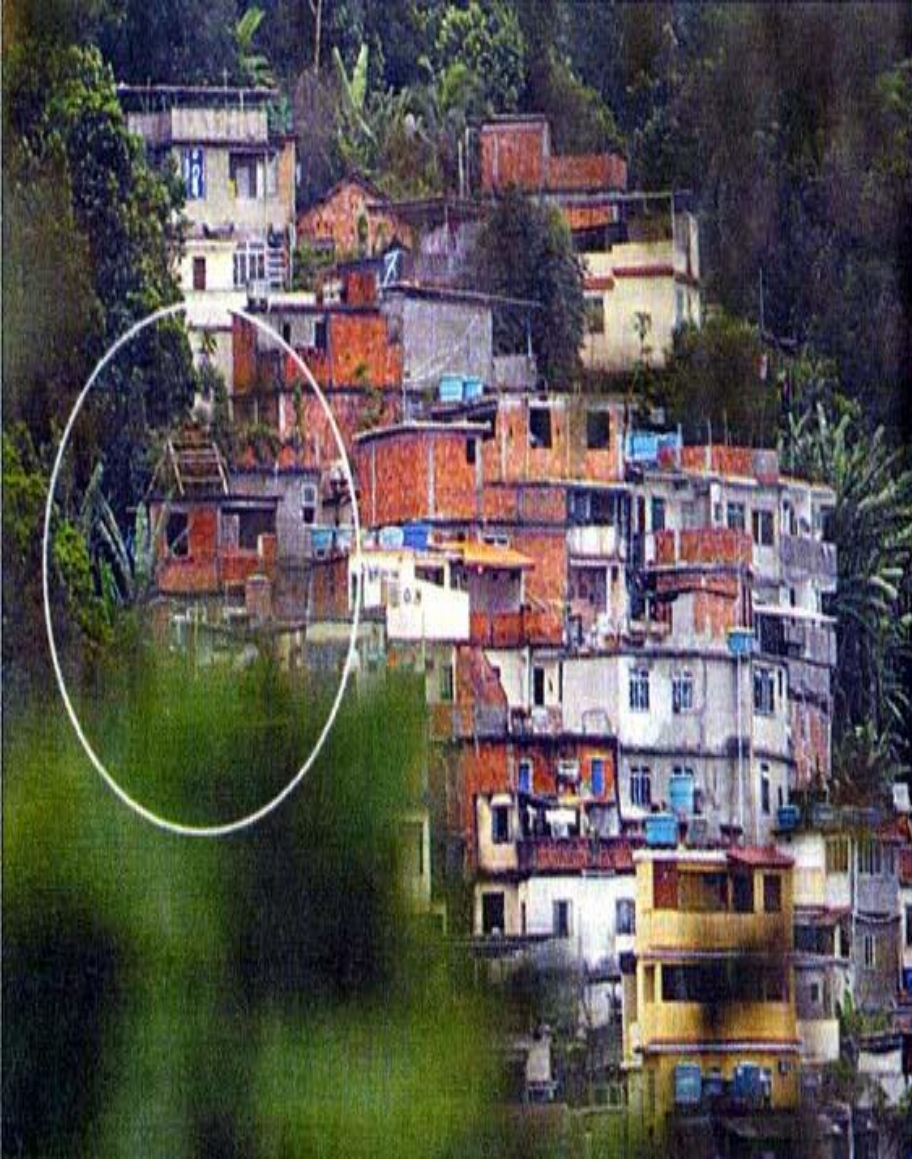
Vende se
esta
Casa











Favelas no Rio de Janeiro

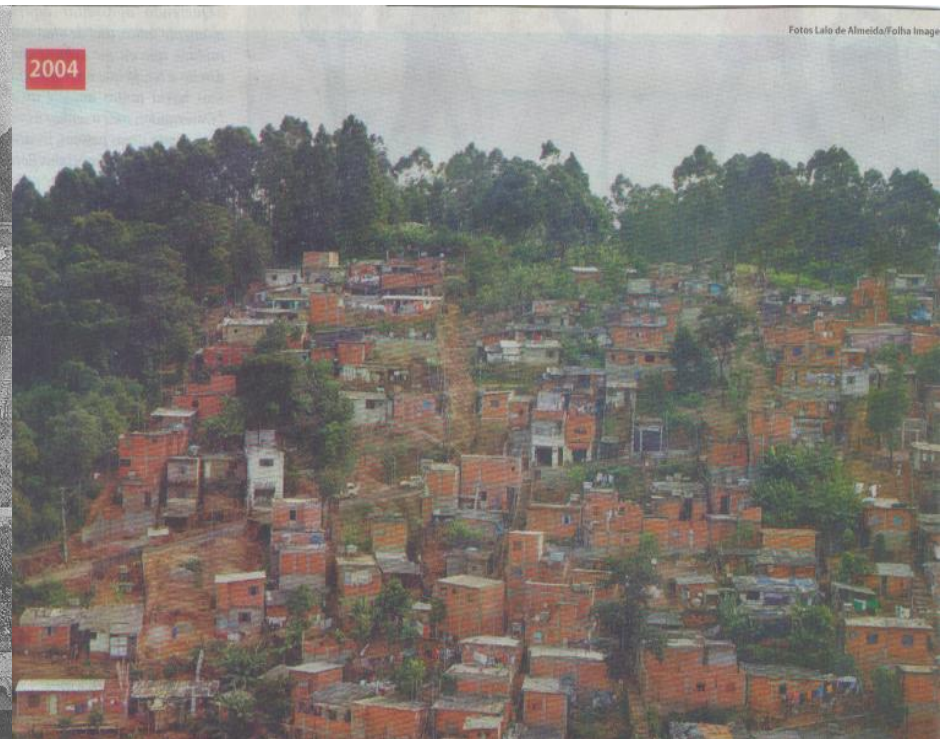
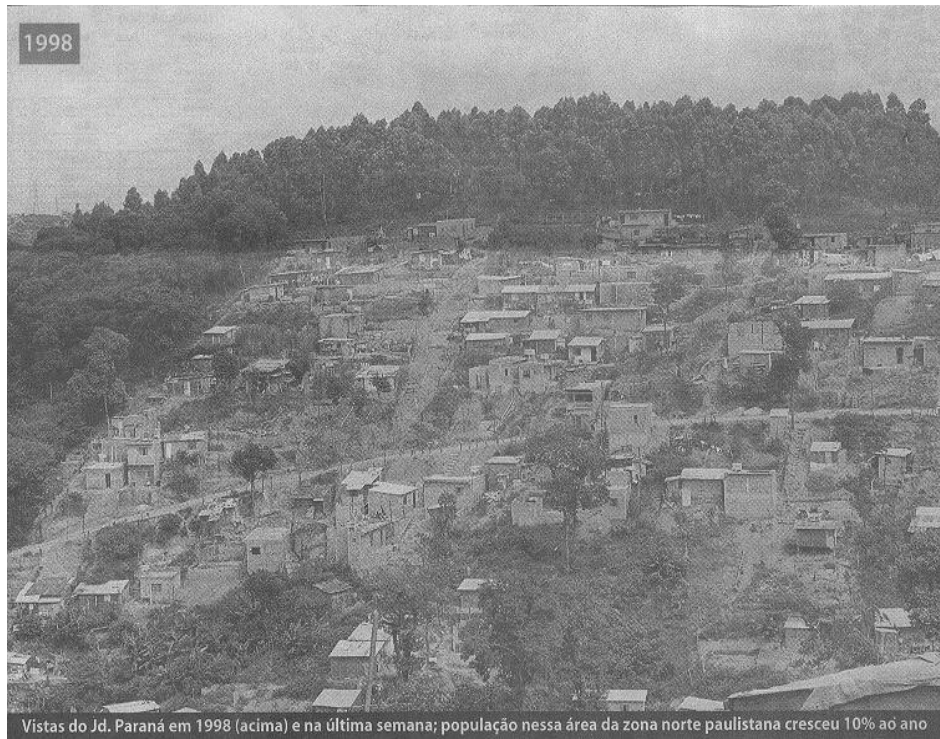


Favelas em São Paulo

Jardim Paraná

1998

2004



Folha de São Paulo, 2004

Vila Basevi – Brazlândia – DF



A Regulação e o Quadro Institucional - Constituição Federal de 1988

Municípios

Competência Material

(exclusiva) – Planejamento

22. Ordenamento territorial – mediante o planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo

23. Execução da Política Urbana

24. Plano Diretor

25. Participação popular no planejamento municipal

(comum com União e Estados)

26. Proteção aos bens de valor histórico cultural e paisagístico

27. Proteção ao meio ambiente

28. Promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico

A Regulação e o Quadro Institucional - Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana - Avaliação

Instrumentos de Ordenamento Territorial Urbano

- Instrumentos que regulam os processos de crescimento e desenvolvimento urbano - Plano Diretor e Perímetro Urbano;
- Instrumentos que regulam o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano - Zoneamento (uso e ocupação) e Parcelamento do Solo urbano;
- Instrumentos que tratam da regularização de áreas urbanas informais – Programas de regularização de favelas e loteamentos clandestinos
- Instrumentos que regulam o licenciamento e o zoneamento ambiental

A Regulação e o Quadro Institucional - Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana - Avaliação

- Quais são os entraves institucionais, legais e operacionais que dificultam a superação dos problemas associados ao uso e à ocupação do solo urbano?**
- Os instrumentos de planejamento e gestão do uso do solo têm sido eficazes no papel de orientadores do desenvolvimento urbano?**
- Quais são as políticas que têm sido adotadas para o enfrentamento das áreas informais das cidades e qual têm sido as tendências observadas?**

A Regulação e o Quadro Institucional - Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana - Avaliação

- Instrumentos institucionais, legais e operacionais tem dificultado a superação dos problemas associados à habitação, ao parcelamento, ao uso e à ocupação do solo urbano
- Dificuldade do acesso à terra, à habitação e à regularização fundiária (favelas, loteamentos clandestinos, cortiços, vilas de aluguel e outras formas);
- Insuficiência e Inadequação de políticas e instrumentos institucionais e de planejamento e gestão urbana (inadequação físico-espacial, social e econômica, regulação rígida/ excessiva/ complexa e que não consegue acompanhar a dinâmica urbana.

Desafios - Política Urbana: Instituições / Agenda 21 e Agenda Habitat

Nº CAP	AGENDA 21	ASSENTAMENTOS HUMANOS				
		MORADIA	GESTÃO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS	GESTÃO DO USO DO SOLO	INFRA-ESTRUTURA	ENERGIA E TRANSPORTE
1	PREÂMBULO					
2	DESEN. SUST EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO					
3	COMBATE À POBREZA					
4	PADRÕES DE CONSUMO					
5	DINÂMICA DEMOGRÁFICA					
6	SAÚDE HUMANA					
7	ASSENTAMENTOS URBANOS					
8	INTEG. ENTRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO					
9	PROTEÇÃO À ATMOSFERA					
10	RECURSOS DA TERRA					
11	DEFORESTATIONS					
12	ECOSSISTEMA					
13	MONTANHAS					
14	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					
15	BIODIVERSIDADE					
16	BIOTECNOLOGIA					
17	OCEANOS					
18	RECURSOS DA ÁGUA					
19	PRODUTOS QUÍMICOS TÓXICOS					
20	RESÍDUOS PERIGOSOS					
21	RESÍDUOS SÓLIDOS					
22	RESÍDUOS RADIOATIVOS					
23	GRUPOS PRINCIPAIS					
24	MULHERES					
25	CRIANÇAS					
26	GRUPOS INDÍGENAS					
27	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS					
28	AUTORIDADES LOCAIS					
29	COMÉRCIO					
30	INDÚSTRIA					
31	CIÊNCIA E TECNOLOGIA					
32	AGRICULTORES					
33	FINANÇAS					
34	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA					
35	CIÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL					
36	TREINAMENTO					
37	REFORÇO DA CAPACIDADE					
LEGENDA						

Desafios - Política Urbana: Instituições Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM

OBJETIVO 7

Garantir a Sustentabilidade Ambiental
Metas

- 9 - Meio Ambiente : Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais
- 10 - Água e Esgoto: Reduzir pela metade, até 2015 a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao esgotamento sanitário
- 11 - Assentamentos Precários: Até 2020, ter alcançado melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários



Desafios - Política Urbana: Instituições

- Regulação inadequada do uso do solo e do desenvolvimento urbano pode gerar mais custos do que benefícios, e não consegue refletir a capacidade de pagamento dos cidadãos;
- Inadequação e insuficiência de políticas e instrumentos de planejamento e gestão urbana têm contribuído para perpetuar a pobreza; inadequação físico-espacial, social e econômica, regulação rígida/ excessiva/ complexa e que não consegue acompanhar a dinâmica urbana.
- Impossibilidade de atender aos 5 níveis de regulação urbana: planos diretores / zoneamento / leis de parcelamento / códigos de edificação / padrões das concessionárias de serviços públicos.
- Reversão do paradigma convencional do planejamento urbano - planejamento; infra-estrutura; construção e ocupação.
- Conhecimento insuficiente sobre as implicações sociais, econômicas e financeiras dos planos urbanos e da regulação urbana

Desafios - Política Urbana: Instituições

Baixa efetividade das política habitacional e urbana

74% dos contratos não são efetivados – dificuldades em licitações, licenças ambientais, regularização fundiária, e infra-estrutura (**sete em cada dez contratos** / Ministério das Cidades / período 2004 - 2011 / CGU)

- Instituições inadequadas para a solução de problemas habitacionais e urbanos - excesso de procedimentos / complexidade e outros.
- Conhecimento insuficiente sobre as implicações sociais, econômicas e financeiras dos instrumentos de planejamento – planos diretores, leis de parcelamento do solo e da regulação urbana em geral.

Orçamento Geral da União por Função – 2005 / 2011

2011	% Pago/Autorizado
Urbanismo	4,7
Habitação	2,8
Saneamento	6,2
2008	
Urbanismo	0,76
Habitação	0,01
Saneamento	0,00
2007	
Urbanismo	14,35
Habitação	2,21
Saneamento	0,02
2006	
Urbanismo	20,61
Habitação	14,03
Saneamento	4,51
2005	
Urbanismo	19,04
Habitação	14,69
Saneamento	20,42

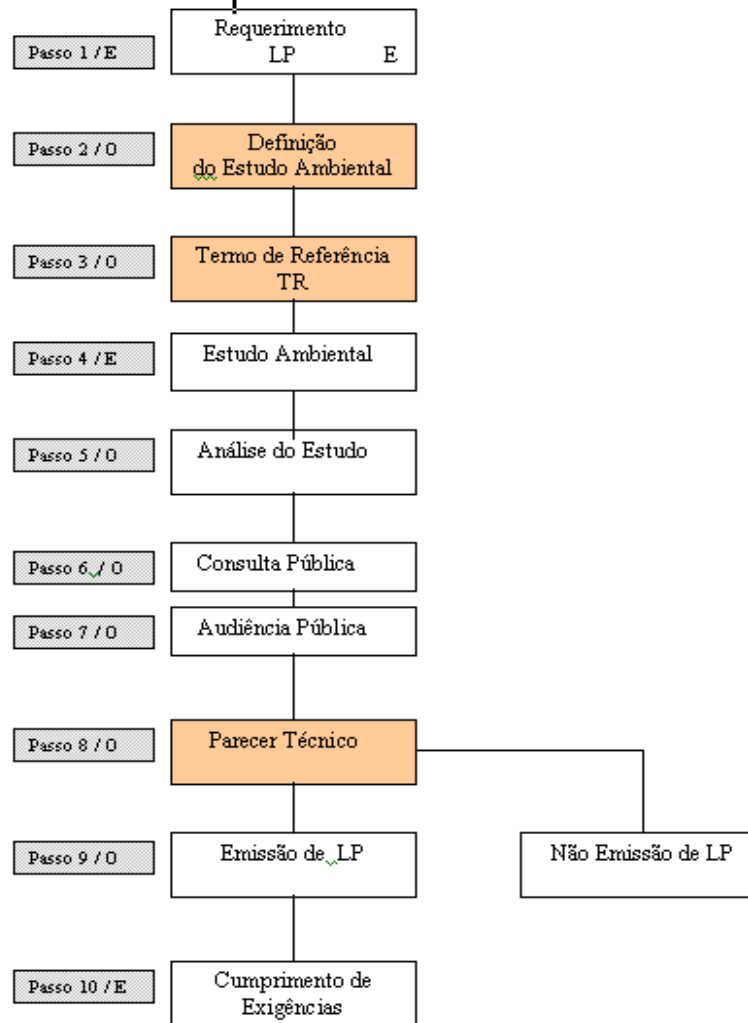
Desafios Urbanos

- Produtividade das grandes cidades caindo nos últimos 10 anos
- Informalidade nos mercados de trabalho e fundiário
- Crime e violência
- Fraca participação do setor privado
- Ausência e precariedade de serviços e infra-estrutura especialmente nas áreas menos competitivas
- (transporte, favelização, saneamento - resíduos sólidos, esgoto, abastecimento de água.
- Aumentar o investimento municipal
- Precariedade das condições administrativas, operacionais, de planejamento e financeiras municipais.

- Discricionariedade e judicialização
- Resoluções CONAMA - nº 001/86 (EIA-RIMA) e 237/97 (licenciamento) - Interpretação / atividade de parcelamento do solo urbano
- Recursos humanos, financeiros e operacionais das instituições
- Apenas 5% dos municípios licenciam
- Banco de dados e informações ambientais
- Licenças Ambientais - Estudo/ TR/ Parecer - abrangência, prazos (EIA-RIMA)
- *Gestão Plena*

FLUXOGRAMA DAS ETAPAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PARCELAMENTOS DO SOLO URBANO

Etapa 1 - Licença Prévia - LP



Legenda: E – empreendedor O – órgão ambiental [Orange Box] pontos críticos

Licenciamento
Ambiental
(3 ETAPAS)

ETAPA 1
Licença Prévia

Desafios - Regularização de áreas urbanas informais

- Necessidade de Reconhecimento da ocupação informal
- Definição de índices urbanísticos específicos
- Dificuldade de ajustar procedimentos urbanísticos aos procedimentos jurídicos
- Restrição da legislação ambiental (Código Florestal)
- Restrições ambientais
- Reconhecimento da complexidade do processo de Regularização.

Desafios - Políticas Públicas - Gestão Urbana

- Enfrentar e gerir o crescimento urbano - atender as demandas dos movimentos migratórios - evitar a favelização e o desemprego.
- Promover políticas públicas para gestão do solo urbano, habitação, saneamento, transporte e regularização fundiária para as áreas urbanas.
- Rede Urbana - melhorar a conectividade com as cidades da sua área de influência - cidades maiores e áreas metropolitanas visando a formação de mercados internos.
- Aumentar a integração entre as cidades médias e as metrópoles mediante a melhoria da infra-estrutura (aeroportos, teleportos), empreendimentos habitacionais, redes de serviços e equipamentos culturais para a atração de firmas.
- Promover a integração de atividades urbanas e rurais – urbano e rural se complementam.
- Aperfeiçoar o quadro legal e institucional - urbano, ambiental e jurídico - visando ajuste ao padrão de urbanização e às condições sociais e econômicas da população.
- Estabelecer uma nova governança inclusiva / Enfrentar a informalidade

Desafios - Planejamento e Gestão Urbana Instrumentos

- **REFLETIR A REALIDADE**
- **ALCANÇAR OS OBJETIVOS PRETENDIDOS**
- **FLEXIBILIDADE - NÃO RIGIDEZ**
- **ADEQUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA**
- **CLAREZA E AGILIDADE – FÁCIL COMPREENSÃO**
- **PRESERVAR PECULIARIDADES LOCAIS E A AUTONOMIA MUNICIPAL**
- **INSERÇÃO DA DIMENSÃO ECONÔMICA NAS INSTÂNCIAS DECISÓRIAS DAS POLÍTICAS URBANAS**

Políticas Públicas - Recomendações

- Harmonização dos instrumentos legais e institucionais – política urbana, ambiental e regional
- Regulamentação do § 1º do art. 23 – normas para a cooperação da União, estados e municípios - habitação, saneamento e transporte urbano
- Simplificação da legislação urbanística e ambiental
- Regularização fundiária e programas urbanos integrados
- Isonomia das condições – agentes públicos e privados – na promoção de empreendimentos
- Nova abordagem de planejamento e gestão urbana
- Capacitação técnica
- Programas habitacionais e de urbanização progressiva em larga escala – (déficit habitacional e informalidade)

Políticas Públicas - Recomendações

- ZEIS (transitórias) e assentamentos precários - viabilizar a implantação de comércio e serviços públicos e equipamentos urbanos.
- Política Urbana Nacional que articule e apoie Estados, Distrito Federal e Municípios visando a promoção do Desenvolvimento Urbano.
- Instrumentos dirigidos ao fortalecimento da rede urbana do país / programas urbanos integrado
- Registro de Imóveis - Baixar custos e simplificar procedimentos cartorários em geral
- Regularização de parcelamentos - simplificar procedimentos e superar entraves para regularização urbanística ambiental, jurídica e administrativa

Políticas Públicas

NOVA GOVERNANÇA URBANA

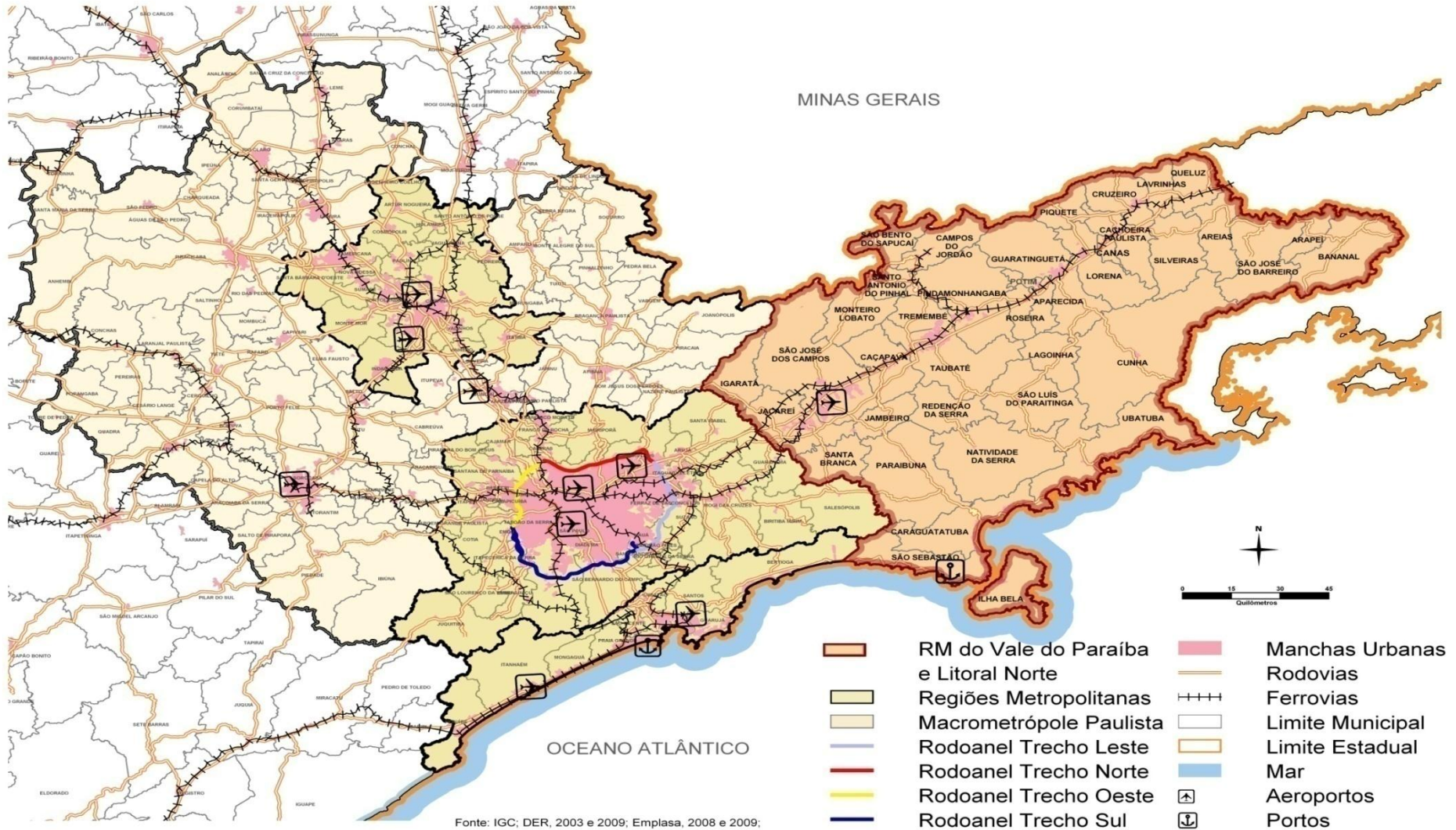
Pacto Republicano e Federativo

**Executivo, Legislativo, Judiciário,
Ministério Público e Sociedade**

União, Estados, Municípios

Cooperação para uma gestão harmônica, articulada e coordenada e para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão urbana

Macrometrópole Paulista



Fonte: IGC; DER, 2003 e 2009; Emplasa, 2008 e 2009;

Políticas Públicas – Desafios / Desenvolvimento Territorial

Novas análises / localização da produção, do comércio e desenvolvimento

- focalização - *políticas públicas espacialmente dirigidas* – e integração: i) institucional e espacial de ações, visando o tratamento articulado e a unificação de territórios; e ii) a conectividade de lugares.
- **Integração** entre “lugares” atrasados e desenvolvidos, mediante a unificação e a conexão de lugares - Instituições que unifique, infraestrutura que conecte e ações que focalizam.
- Promover transformações na geografia econômica - a urbanização como fator para o desenvolvimento econômico e social.

MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Unidades Regionais	Número de Municípios	População Total 2010		PIB 2009¹			Área		Fluxo Pendular Recebido 2000	
		Habitantes	% ESP	milhões de Reais	% ESP	per Capita	km²	% ESP		
Aglomeração Urbana	Jundiaí	7	698.724	1,69	27.886.413,35	2,57	40.699,69	1.269,14	0,51	45.646
	Piracicaba	22	1.307.256	3,17	29.758.481,72	2,74	23.047,79	7.003,40	2,82	29.043
	Sorocaba	22	1.447.973	3,51	34.178.286,51	3,15	24.018,27	6.091,61	2,45	46.319
Micro Região	Bragantina	11	391.738	0,95	6.302.635,01	0,58	16.333,57	2.912,19	1,17	7.723
	São Roque	5	262.484	0,64	4.789.748,56	0,44	18.454,33	2.468,65	0,99	741
Região Metropolitana	Baixada Santista	9	1.664.136	4,03	39.992.888,47	3,69	24.306,01	2.422,77	0,98	111.213
	Campinas	19	2.797.137	6,78	85.733.756,14	7,91	31.221,38	3.645,66	1,47	168.843
	São Paulo	39	19.433.441	47,10	613.060.482,63	56,54	31.446,63	7.943,85	3,20	1.115.089
	Vale do Paraíba e Litoral Norte	39	2.264.594	5,49	55.594.849,68	5,13	24.869,55	16.180,93	6,52	69.785
Macrometrópole	173	30.267.483	73,35	897.297.542,07	82,75	29744,46	49.938,20	20,12	1.594.412	
Estado de São Paulo	645	41.262.199	100,00	1.084.353.489,63	100,00	26202,22	248.209,70	100,00	1.902.677	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

Macrometrópole Paulista - Pessoas em Assentamentos Precários

Unidades Territoriais Pesquisadas	Pessoas em Setores Subnormais	Pessoas em Setores Precários	Pessoas em Setores Subnormais + Setores Precários	Total de Pessoas em Todos os Tipos de Setores	% de Pessoas em Assentamentos Precários
Região Metropolitana					
RMBS	189 735	75 362	265 097	1 461 178	18,10
RMC	139 398	84 072	223 470	2 264 520	9,90
RMSP	1 652 757	963 421	2 616 178	17 476 789	14,97
Total três RMs (67 municípios)	1 981 890	1 122 855	3 104 745	21 202 487	14,64
Demais municípios do ESP					
na Macrometrópole (9 mun.)	48 107	28 028	76 135	2 565 717	2,97
fora da Macrometrópole (9 mun.)	12 270	39 467	51 737	2 322 820	2,23
Total (18 municípios)	60 377	67 495	127 872	4 888 537	2,62
Brasil (561 mun. sel.)	6 365 573	6 050 258	12 415 831	88 084 143	14,10

Evolução dos domicílios particulares em aglomerados subnormais no Estado de São Paulo entre 2000 e 2010 por Região Metropolitana

Região Metropolitana	Domicílios particulares ocupados						Variação do número de domicílios particulares ocupados em aglomerados urbanos entre 2000 e 2010 (%)	Variação do número de domicílios particulares ocupados em aglomerados urbanos entre 2000 e 2010 (%)
	2000			2010				
	Total	Em Aglomerados Subnormais	Proporção de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (%)	Total	Em Aglomerados Subnormais	Proporção de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (%)		
Região Metropolitana da Baixada Santista	424.909	49.000	11,53	527.820	83.492	15,82	70,39	4,29
Região Metropolitana de Campinas	659.519	35.088	5,32	871.471	43.434	4,98	23,79	- 0,34
Região Metropolitana de São Paulo	4.994.933	416.143	8,33	6.089.847	595.952	9,79	43,21	1,45
Região Metropolitana do Vale do Paraíba	534.725	1.688	0,32	684.580	5.076	0,74	200,71	0,43
TOTAL	6.614.086	5.019.19	7,59	8.173.718	727.954	8,91	45,03	1,32

Fonte: Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados

PROJETOS METROPOLITANOS

PLANO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

- Elaboração de planos habitacional para as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte.
- Sistema de Informações Habitacionais Metropolitano - SiHab /Metropole.

SISTEMA INTEGRADO DE DEMANDA HABITACIONAL – REGIÕES METROPOLITANAS

- Definição e implementação de Sistema Integrado de Demanda Habitacional para as Regiões Metropolitanas.

PRINCIPAIS COMPONENTES

Referenciais do Plano e Análise Espacial e Econômica
Instrumentos de Gestão Urbana e Habitacional
Identificação de Áreas e Eixos Estratégicos para Intervenção
Linhas de Ação e Programas
Modelos Facilitadores

VERTENTES DE ANÁLISE: ÁREAS E EIXOS ESTRATÉGICOS PARA INTERVENÇÃO

Programas e Projetos Habitacionais (União, Estado e 106 Municípios)
Planejamento de Transportes e Logística
Uso do Solo
Crescimento Demográfico
Crescimento Econômico / Emprego

SISTEMAS METROPOLITANOS DE INFORMAÇÕES HABITACIONAIS

- Modelagem e desenvolvimento de Sistema de Informações Georeferenciadas para apoiar o estabelecimento de estratégias habitacionais no território Metropolitano
- Armazenamento e gerenciamento de informações sobre habitação de interesse social (condições físicas, sociais, econômicas e legais)

SiHab- Metr pole

IBGE, IPEA, Midades, Etc

- Dados, Estudos e Pesquisas

Universidades, IPT, ONGs, etc

- Dados, Estudos e Pesquisas

SIGPLAM

Municípios

- PLHIS / PDs
- Planejamento/Gestão

Emplasa/Instanci as Metropolitanas

- Dados, Estudos e Pesquisas

SIGEMPLASA

CDHU/SH/Cepam/ FSeade/Cebrape

- Dados, Estudos e Pesquisas

Mercado Imobiliário

- Dados e Pesquisas

Estado de São Paulo

Secretarias, Companhias e Autarquias

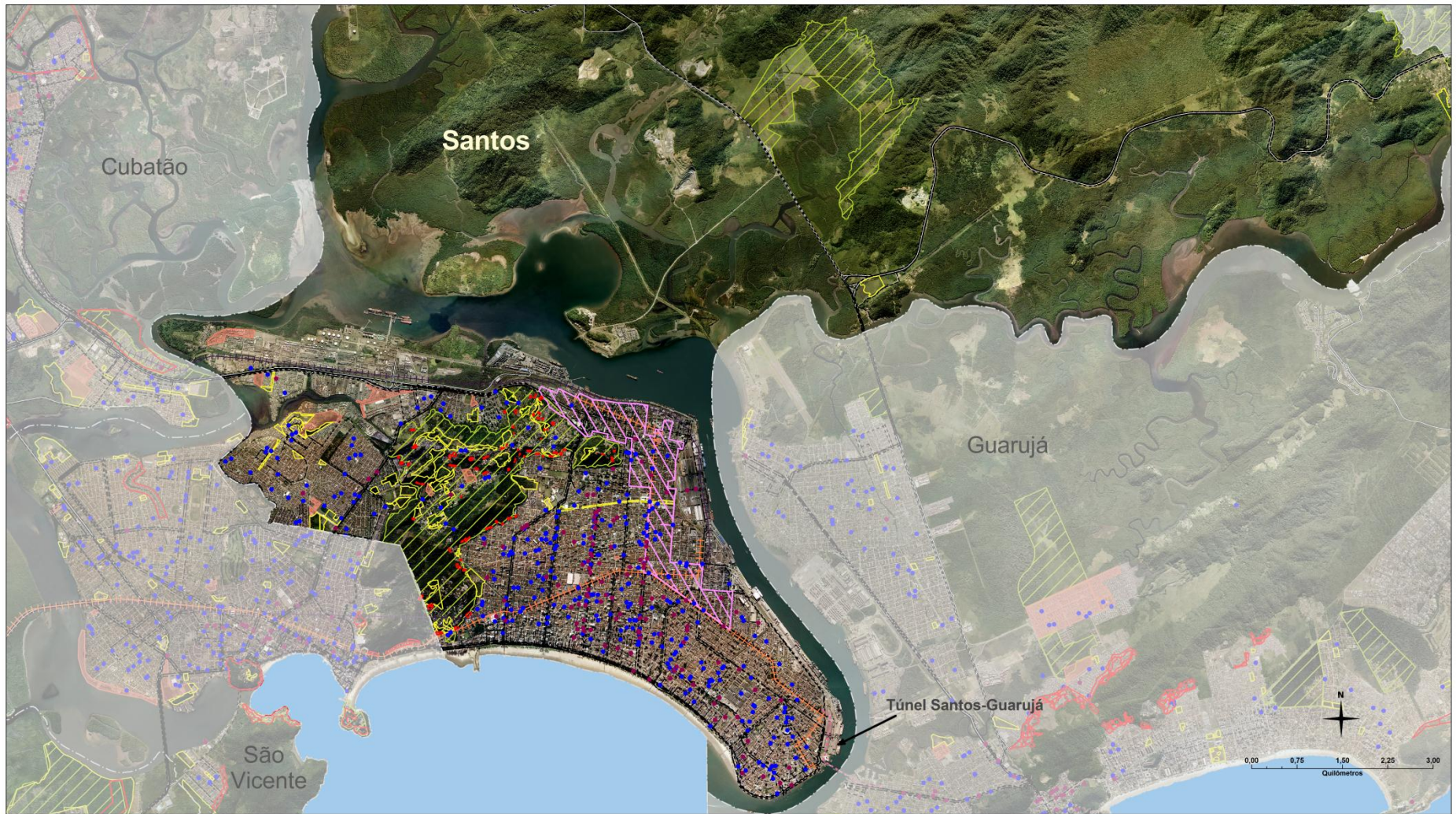
- A es e Obras em andamento
- Projetos em análise
- Planos e Prazos

MCidades, Caixa e  rg os Federais e outros

- A es, contratos e Obras em andamento
- Projetos em análise
- Planos e Prazos

Sistema Integrado de Demanda Habitacional - RMs

- Banco de Dados da Demanda Habitacional:
 - ✓ Cadastros Municipais
 - ✓ Dados da Demanda (geral e em assentamentos precários, etc.)
 - ✓ Dados dos Beneficiados em programas habitacionais
 - ✓ Capacita o Municipal



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Limite Municipal
- Sistema Viário Principal
- Sistema Ferroviário

LEGENDA

- Área de Risco
- Área Potencial
- Requalificação (Uso Misto)
- Área Construída / em Obra / em Obra Programada (CDHU)
- Área não Ocupada ou Parcialmente Ocupada de Interesse para Expansão Urbana (ZEE)

- Linhas de Ônibus Metropolitano
- Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)
- Túnel Santos-Guarujá
- Equipamento de Educação
- Equipamento de Saúde

Localização da área:



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano
 Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA



MUNICÍPIO DE SANTOS

ÁREAS POTENCIAIS (PPP/RISCO)

09

Fonte: AGEM-BS, CDHU, CPTM, DER, EMLASA, EMTU, IG, IPT, Ministério da Saúde, Secretaria de Educação do Estado, Secretaria do Meio Ambiente. Elaboração: EMLASA, Abril/2012.

Área para Requalificação em Santos



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Limite Municipal
- Sistema Viário Principal
- Sistema Ferroviário

LEGENDA

- Área de Risco
- Área Potencial
- Requalificação (Uso Misto)
- Área Construída / em Obra / em Obra Programada (CDHU)
- Área não Ocupada ou Parcialmente Ocupada de Interesse para Expansão Urbana (ZEE)

Localização da área:



- Linhas de Ônibus Metropolitano
- Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)
- Túnel Santos-Guarujá
- Equipamento de Educação
- Equipamento de Saúde

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano
Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA

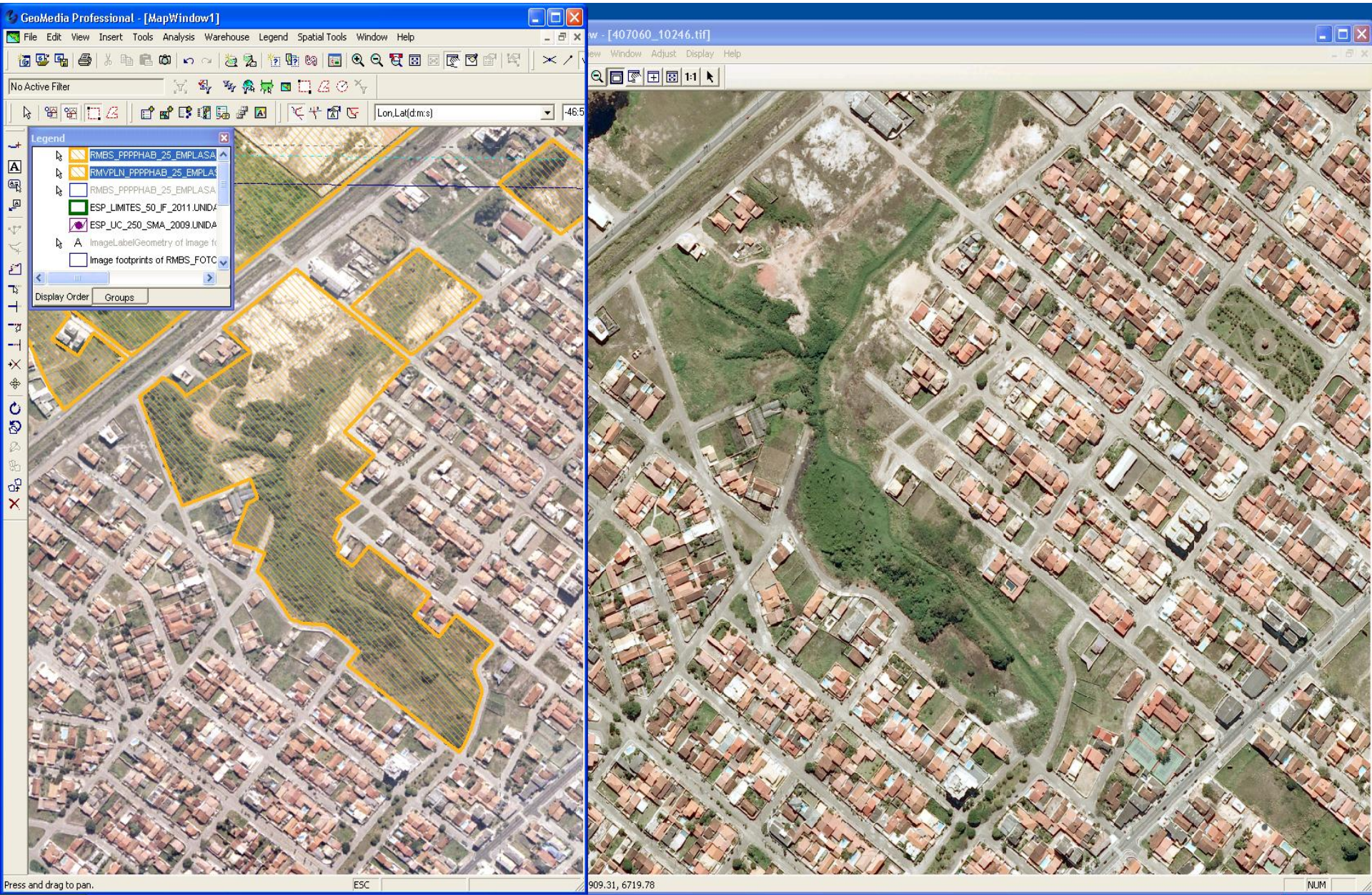


MUNICÍPIO DE SANTOS

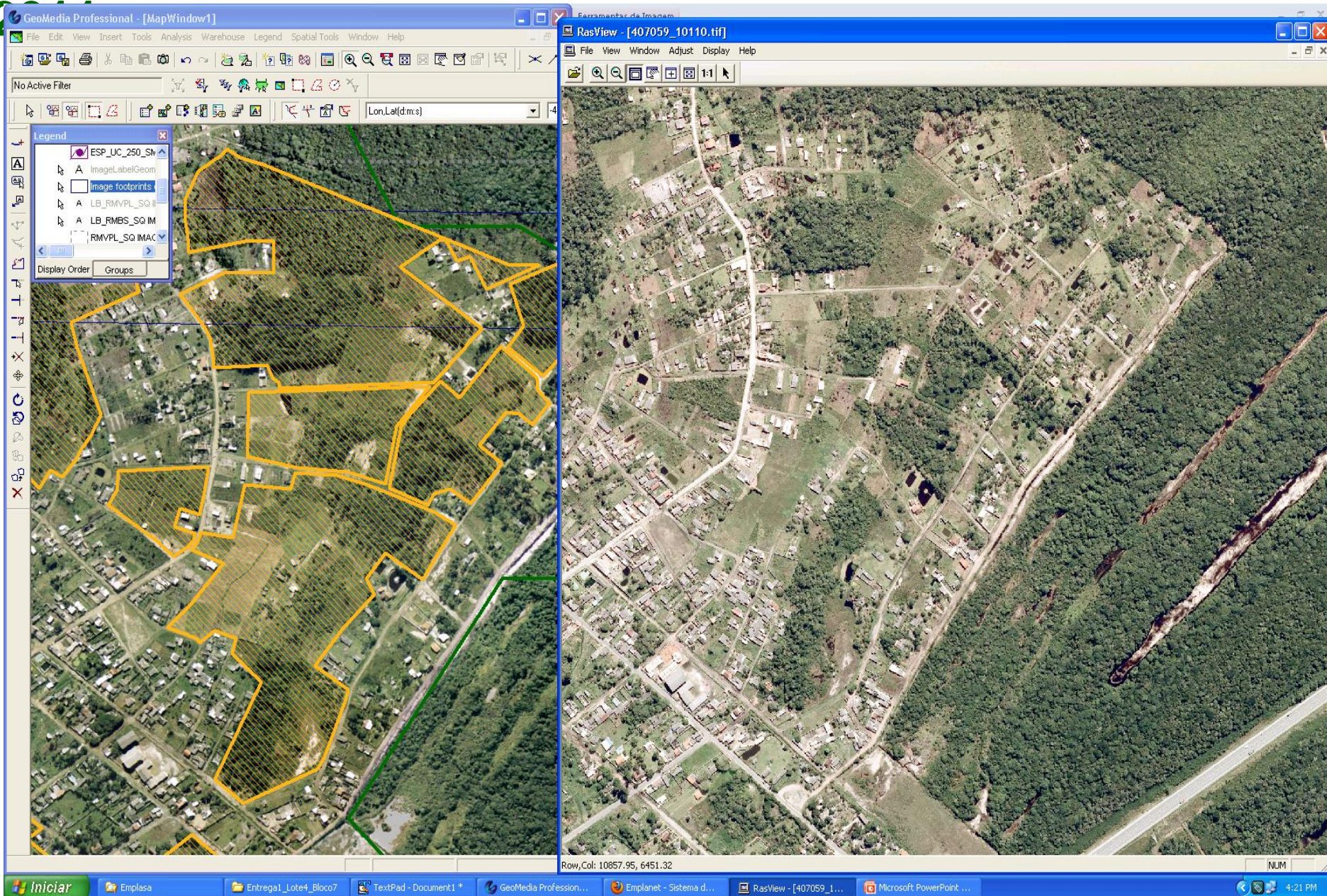
ÁREAS POTENCIAIS (PPP/RISCO)

09

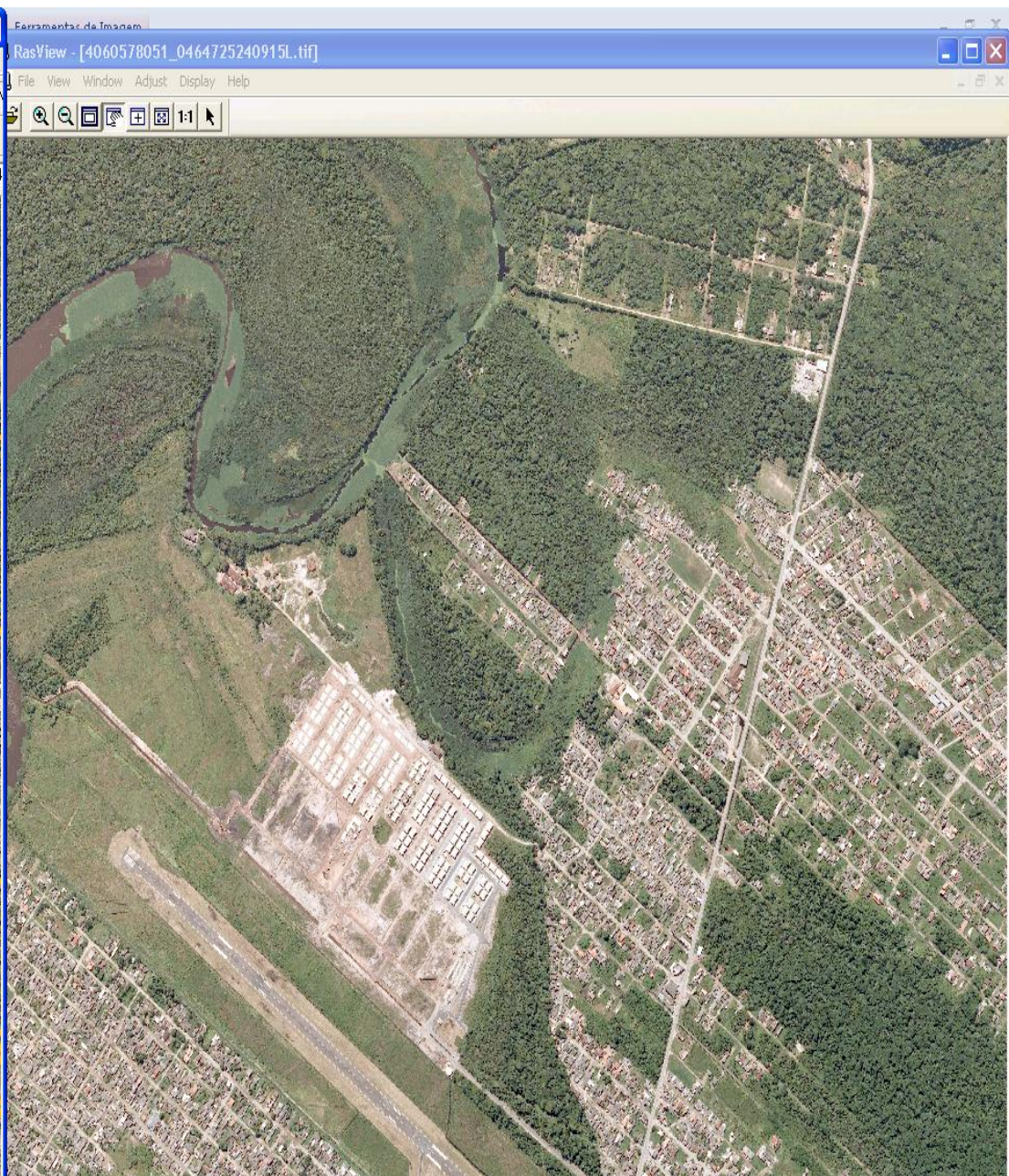
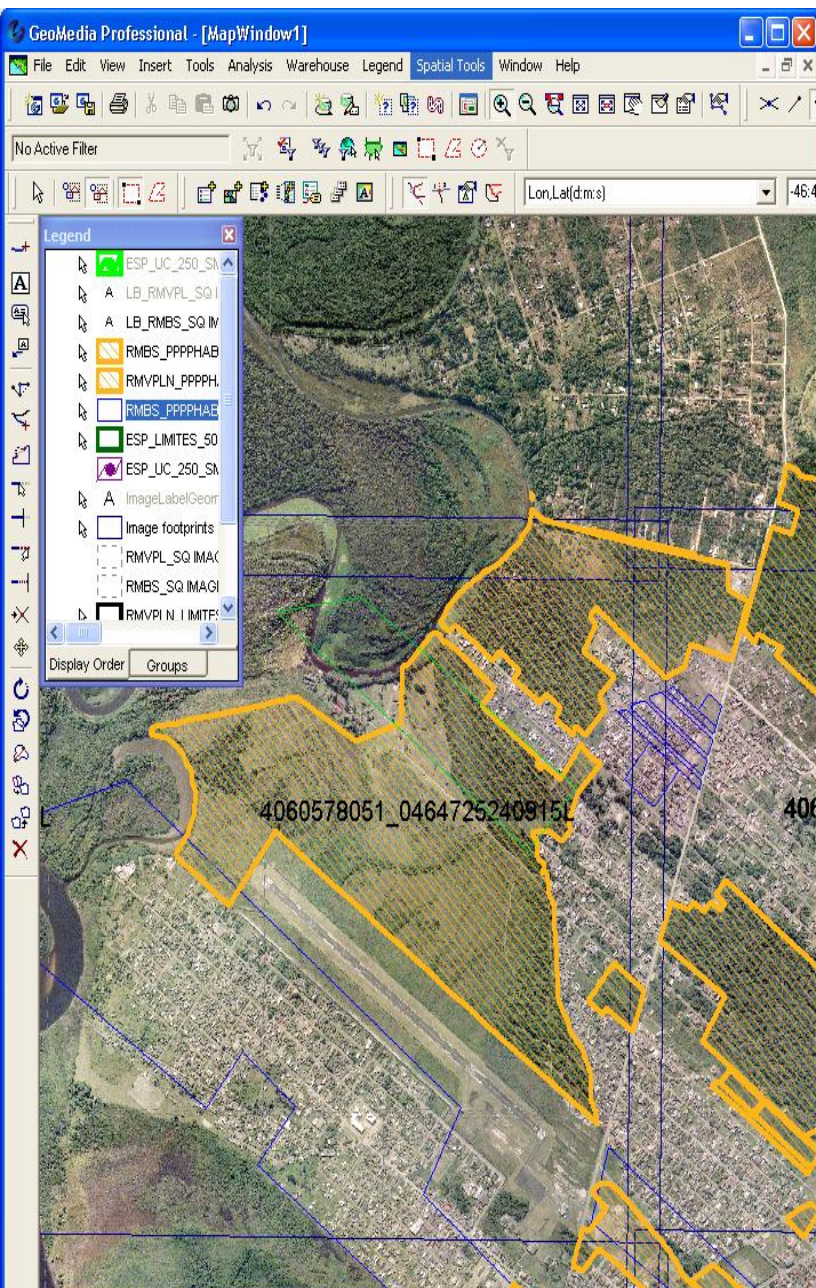
Itanhaém – Quadro Habitacional 2009 e Imagem



Itanhaém – Quadro Habitacional 2009 e Imagem



Peruíbe - Quadro Habitacional 2009 e Imagem














CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

-  Limite Municipal
-  Sistema Viário Principal
-  Sistema Ferroviário

LEGENDA

-  Área de Risco
-  Área Potencial
-  Área Construída / em Obra / em Obra Programada (CDHU)
-  Área não Ocupada ou Parcialmente Ocupada de Interesse para Expansão Urbana (ZEE)

-  Linhas de Ônibus Metropolitano
-  Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)
-  Túnel Santos-Guarujá
-  Equipamento de Educação
-  Equipamento de Saúde

Localização da área:



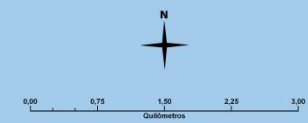
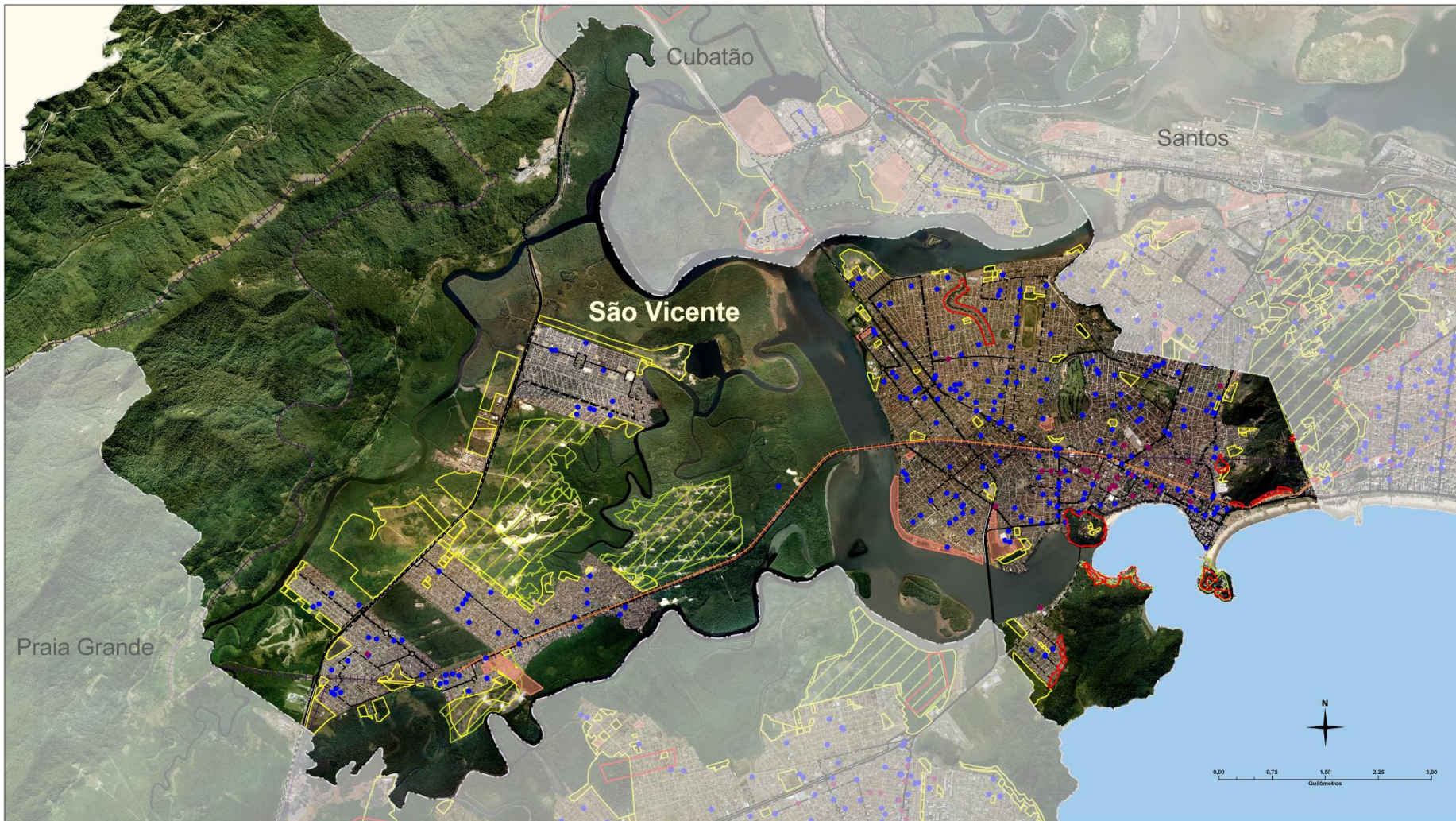
Governo do Estado de São Paulo
 Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano
 Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA



MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

ÁREAS POTENCIAIS (PPP/RISCO)

08



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

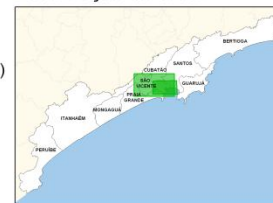
- Limite Municipal
- Sistema Viário Principal
- Sistema Ferroviário

LEGENDA

- Área de Risco
- Área Potencial
- Área Construída / em Obra / em Obra Programada (CDHU)
- Área não Ocupada ou Parcialmente Ocupada de Interesse para Expansão Urbana (ZEE)

- Linhas de Ônibus Metropolitano
- Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)
- Túnel Santos-Guarujá
- Equipamento de Educação
- Equipamento de Saúde

Localização da área:



Governo do Estado de São Paulo
 Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano
 Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.

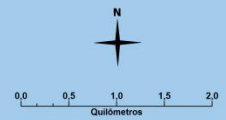
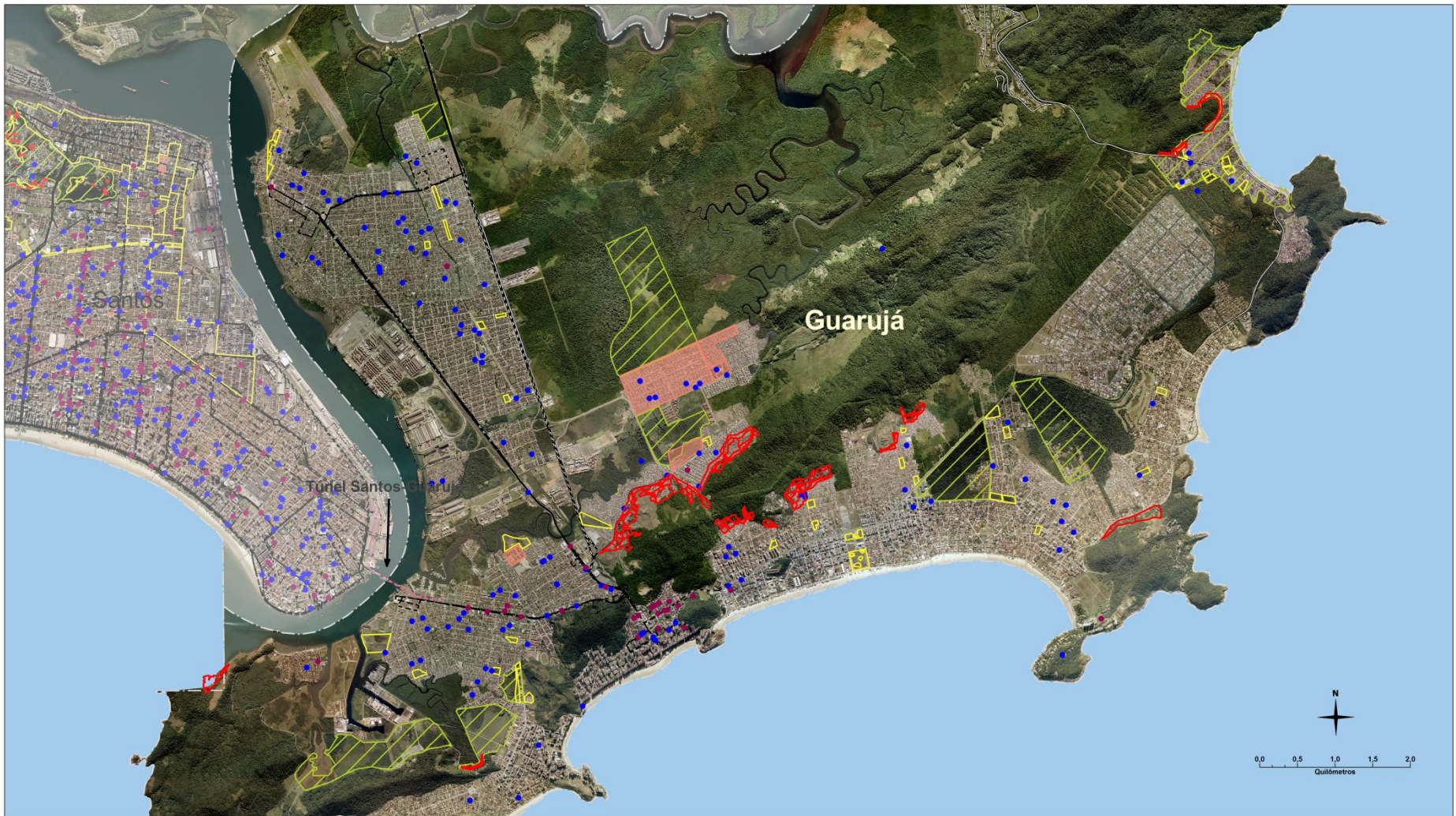


MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

ÁREAS POTENCIAIS (PPP/RISCO)

10

Fonte: AGEM-BS, CDHU, CPTM, DER, EMLASA, EMTU, IG, IPT, Ministério da Saúde, Secretaria de Educação do Estado, Secretaria do Meio Ambiente. Elaboração: EMLASA, Abril/2012.



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Limite Municipal
- Sistema Viário Principal
- Sistema Ferroviário

LEGENDA

- Área de Risco
- Área Potencial
- Área Construída / em Obra / em Obra Programada (CDHU)
- Área não Ocupada ou Parcialmente Ocupada de Interesse para Expansão Urbana (ZEE)

- Linhas de Ônibus Metropolitano
- Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)
- Túnel Santos-Guarujá
- Equipamento de Educação
- Equipamento de Saúde

Localização da área:



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano
 Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA

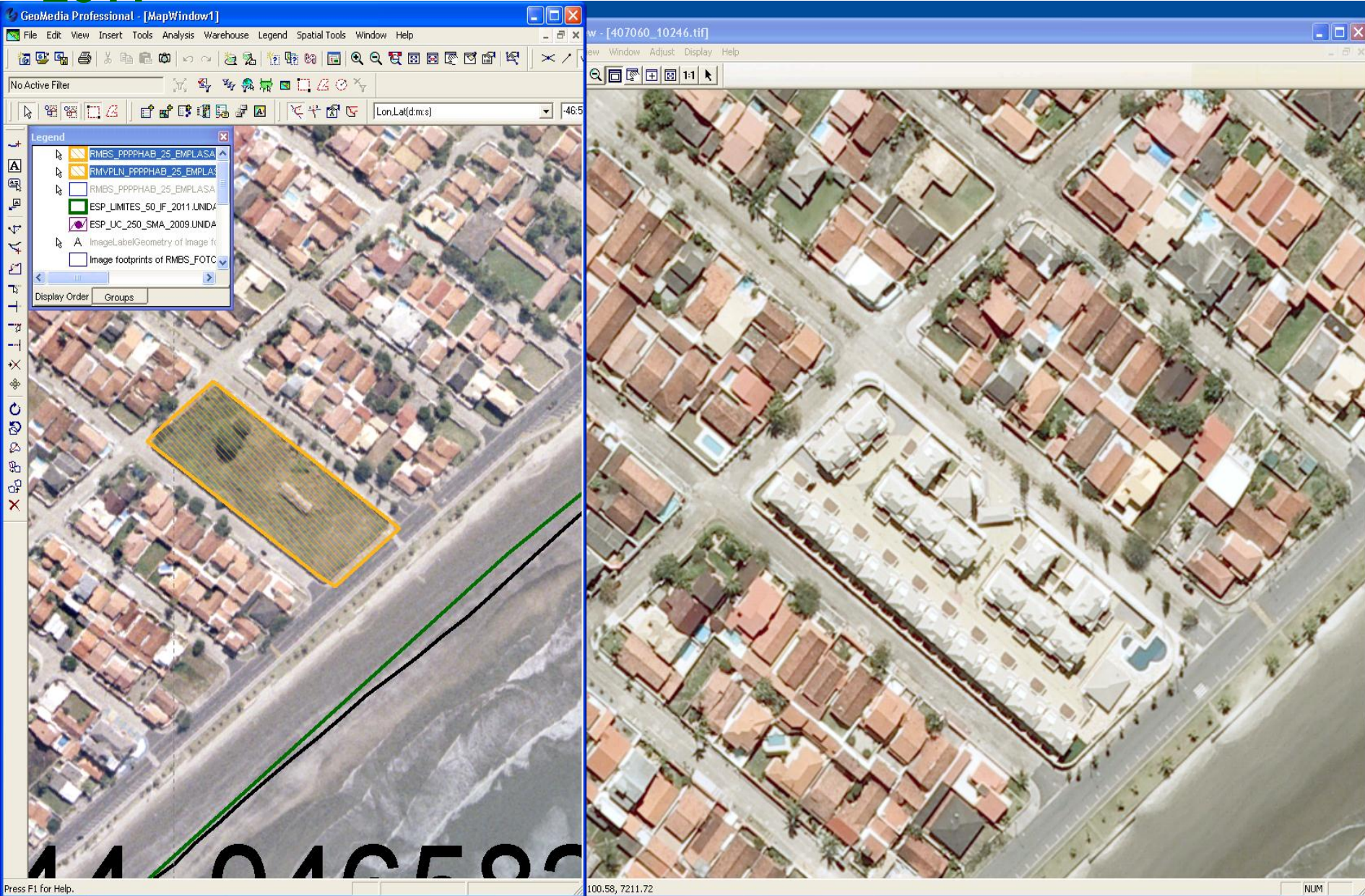


MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

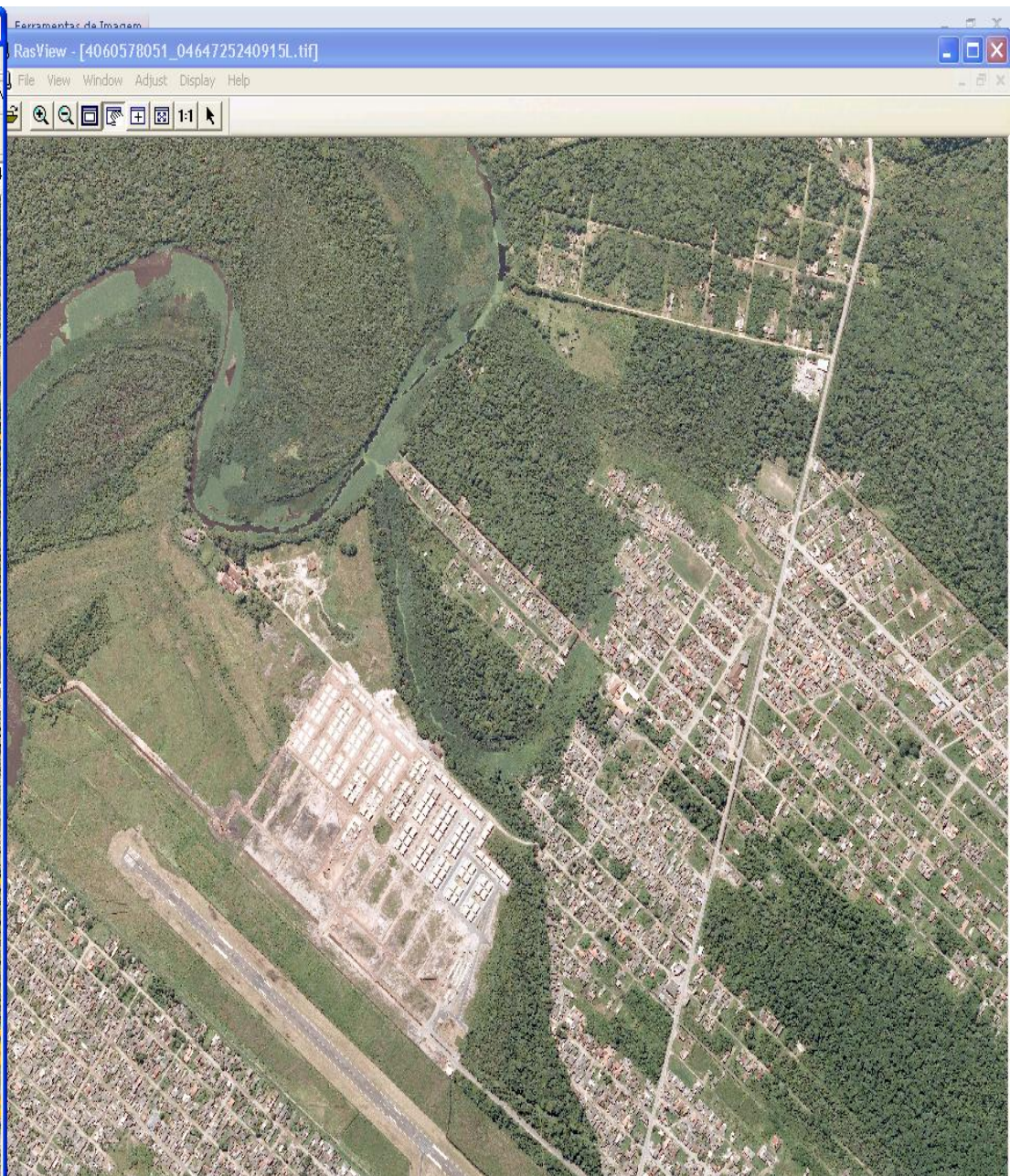
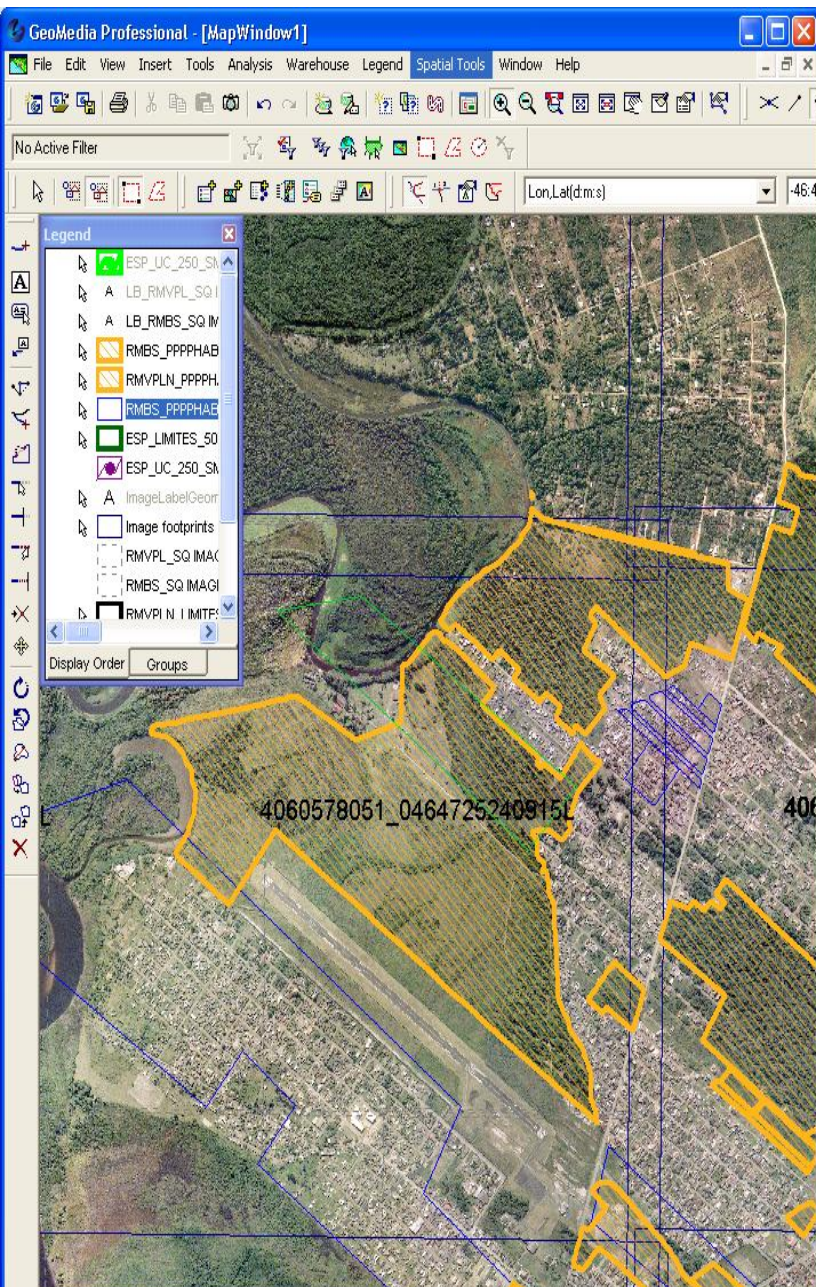
ÁREAS POTENCIAIS (PPP/RISCO)

Fonte: AGEM-BS, CDHU, CPTM, DER, EMLASA, EMTU, IG, IPT, Ministério da Saúde, Secretaria de Educação do Estado, Secretaria do Meio Ambiente. Elaboração: EMLASA, Abril/2012.

Itanhaém – Quadro Habitacional 2009 e Imagem 2011



Peruíbe - Quadro Habitacional 2009 e Imagem



Governo Federal – (2000) M Fazenda/ CAIXA/ Ipea/ Banco Mundial / Especialistas - Nova Política Habitacional

ONU / Habitat - (2010) Nova abordagem para as Instituições / planejamento urbano.

Chile – (anos 80 e 90) Produção habitacional em larga escala

Coreia - (1972 / 2020) Comprehensive National Territorial Plan (Novas Cidades e Infraestrutura)

**Cingapura - (anos 1970) Reforma Institucional e aquisição de terras pelo governo
90% da população vive em habitação produzida com o apoio do setor público –
subsídios elevados para habitação e fundo habitacional.**

Hong Kong – (anos 1970) Reforma na legislação e instrumentos de desenvolvimento urbano

**China - (1990) mudança na esfera de provisão de moradias (Público / privado)
Incentivos ao setor privado: redução de 33 % dos custos.**

India - *Rajiv Awar lojana (RAY)* – Slum Free Urban India (110 milhões de pessoas vivem em favelas). Ampla reforma nos instrumentos de planejamento urbano / regularização fundiária.

Ipea 2000

ONU / Habitat - Avaliação e Nova abordagem para as Instituições / planejamento urbano.

India - *Rajiv Awar lojana (RAY) – Slum Free Urban India.* Ampla reforma na legislação urbana / regularização fundiária.

Chile -

Cingapura - Reforma Institucional - 90% da população vive em habitação pública. O governo Upto 40% of Government capital expenditure in public housing subsidies. Mandatory contribution to Central Provident Fund to support capital subsidy.

China - 1990 / mudança na esfera de provisão de moradias (Público para privado) Incentivos ao setor privado: redução de 33 % dos custos

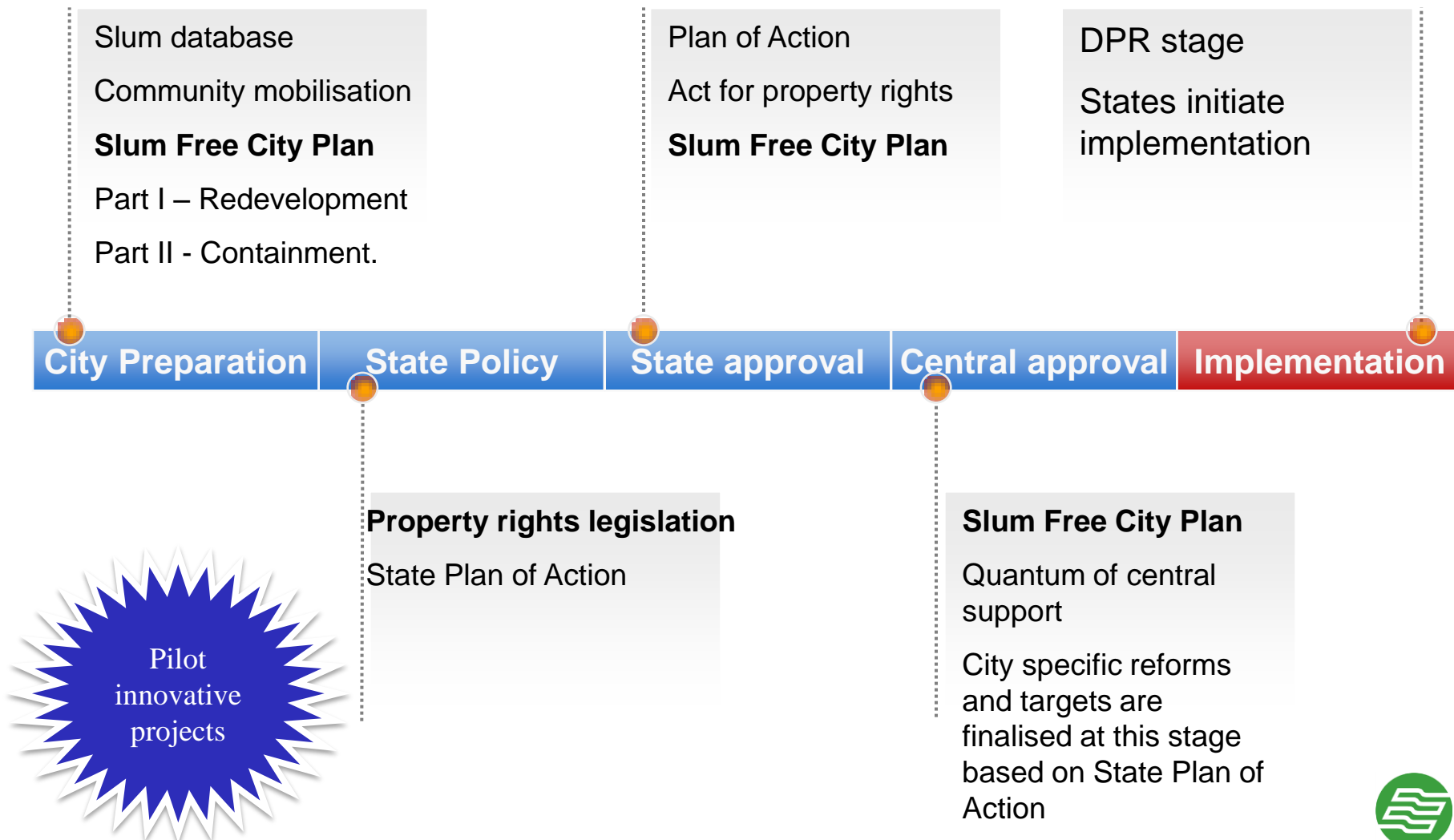
1. Free land
2. Basic infrastructure
3. Tax exemptions.



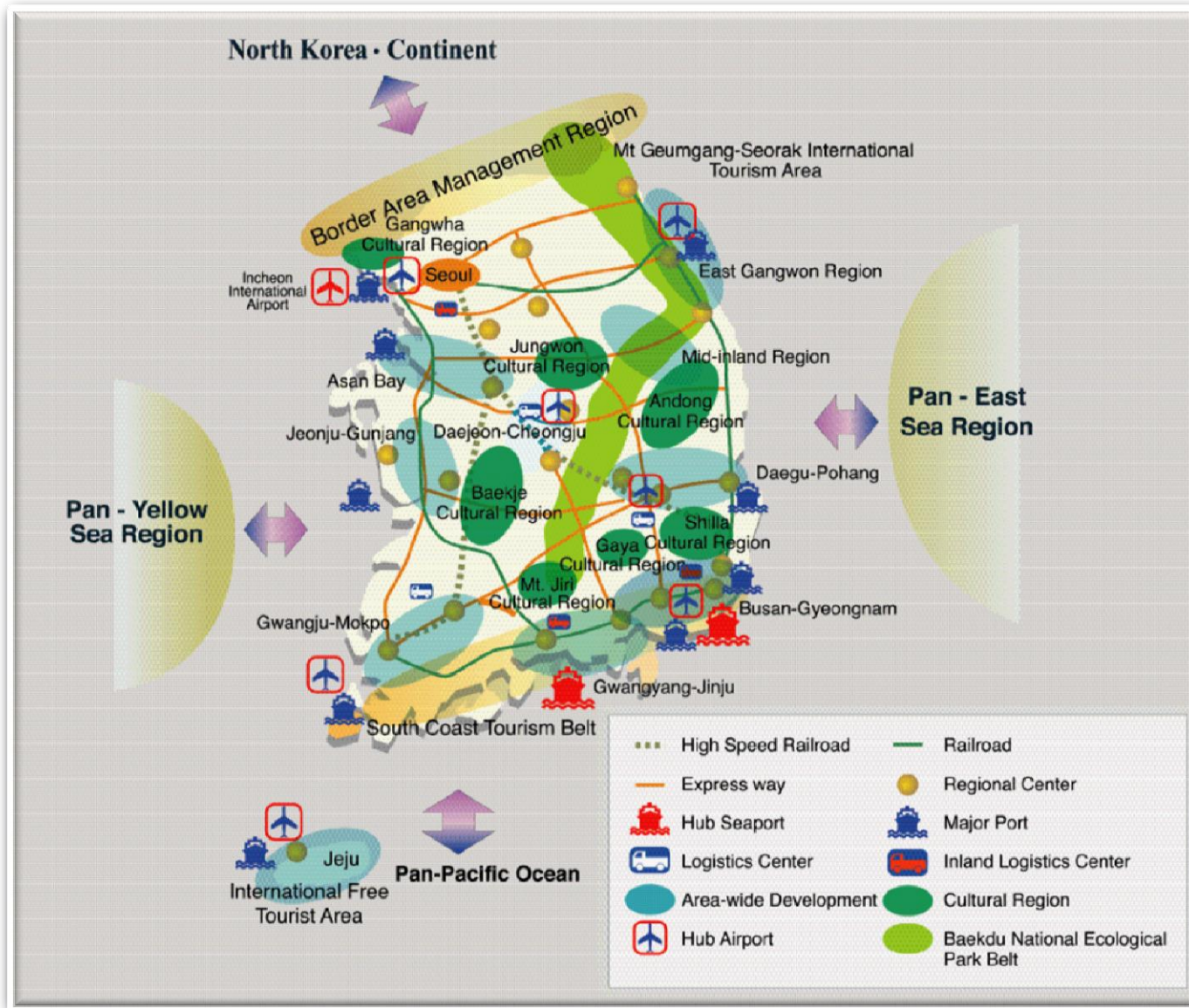
Introducing Rajiv Awas Yojana

S.P.SHOREY, Regional Programme Coordinator ,
Support to National Policies for Urban Poverty Reduction (SNPUPR),
Ministry of Housing and Urban Poverty Alleviation, Government of India

Steps in RAY preparation - approval



Major Development Regions & Projects of the 4th CNTP



First Stage Newtown : Bundang

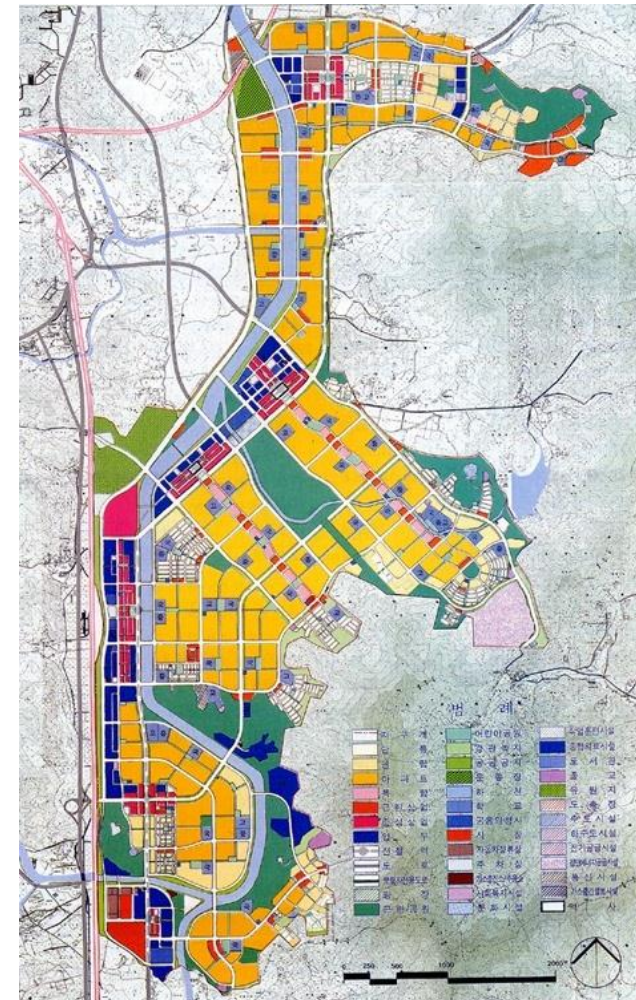
<Before>



<After>



<Master plan>





www.emplasa.sp.gov.br